

1
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**
3 **GEOGRAFIA REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2021**
4
5
6

7 Ao décimo segundo dia do mês de março de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas, via plataforma
8 Google Meet, foi realizada reunião ordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em
9 Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, convocada e presidida pela Coordenadora Prof.^a
10 Clarice Cassab. A reunião se deu em ambiente virtual devido às medidas de isolamento social impostas
11 em função da pandemia de Covid-19. Além da Coordenadora, estiveram presentes os seguintes
12 professores: Altair Sancho Pivoto, Bruno Milanez, Cássia de Castro M. Ferreira, César Henrique Barra
13 Rocha, Elias Lopes de Lima, Fábio de Oliveira Sanches, Guilherme Augusto Pereira Malta, Miguel
14 Fernandes Felipe, Pedro José de Oliveira Machado, Roberto Marques Neto, Ricardo Tavares Zaidan,
15 Roberto Marques Neto, Rosemere Santos Maia, Vicente Paulo dos Santos Pinto e Wagner Batella.
16 Estiveram presentes ainda as representantes discentes Aline de Vieira Souza e Virgínia A. C. Martins,
17 além do representante dos Técnicos Administrativo (TAE), Bruno Goulart Cunha. Havendo *quórum*
18 regimental, a Prof.^a Clarice Cassab, na qualidade de presidente, deu início à reunião. Mediante
19 solicitação do prof. Wagner aprovada pelo Colegiado, foi promovida uma inversão dos pontos de pauta
20 da reunião, com as discussões a respeito do Plano de Autoavaliação e da Solicitação discente sendo
21 antecipadas. **Ordem do dia: 1) Plano de autoavaliação do PPGEO-UFJF:** A Coordenadora iniciou
22 sua fala relembando que foi formada uma Comissão de Autoavaliação no programa, que contou com a
23 sua participação, além da dos professores Wagner Batella e Guilherme Augusto Pereira Malta, do
24 técnico administrativo Bruno G. Cunha e da representante discente Verônica Sakaragui. Informou que
25 a Autoavaliação é uma exigência da Capes agora na avaliação quadrienal, e que nestes termos a
26 Comissão construiu uma proposta que foi previamente enviada a todos para análise. O professor
27 Wagner trouxe informações em nome da Comissão a respeito das ideias principais que guiaram os
28 trabalhos. O professor Guilherme destacou que o ponto de partida esteve na análise de planos de
29 autoavaliação de outros programas não só da UFJF, como também de outras universidades. O prof.
30 Bruno trouxe questionamento a respeito da periodicidade de aplicação da autoavaliação, ao mesmo
31 tempo em que defendeu que a autoavaliação seja bianual. Manifestaram concordância os professores
32 Fábio e Wagner. O professor Altair sugeriu que ao final de cada questão do plano seja acrescido um
33 espaço obrigatório de resposta textual. A professora Rosemere disse ter sentido falta da resposta
34 “excelente” ao lado de “bom”, “regular” e “ruim”. Defendeu que esse indicador de qualidade é
35 importante para a Capes. Sugeriu que ele fosse incorporado ou que seja colocada uma escala numérica
36 de avaliação, de um a dez, que poderia depois ser convertida no momento da análise dos dados em
37 “excelente”, “bom”, “regular” ou “ruim”. Encerrado o debate, o Plano de Autoavaliação foi aprovado
38 por unanimidade, devendo ser incorporadas as sugestões apresentadas pelos professores; **2) Solicitação**
39 **discente:** a Coordenadora disse que o segundo ponto de pauta trata de questões apresentadas pelos
40 discentes da turma 2020, Dhiego Lourenço, Douglas Knopp, Juliana Costa e Rafael Reis. No
41 documento enviado para a Coordenação por e-mail no dia 01/03/2021, os discentes pedem para que
42 sejam esclarecidas algumas questões afetas a distribuição de bolsas promovida pelo PPGEO, que
43 classificaram como nebulosa. Alegam “que alguns alunos da nova turma, que estariam em ordem final
44 de classificação, aparentemente estão sendo selecionados na frente de alunos que estão com pesquisas
45 em andamento há 1 ano”. Defendem a revisão dos critérios atuais de distribuição de bolsa adotados
46 pelo Programa, mais especificamente para que as bolsas concedidas aos alunos da Turma 2021 sejam
47 redirecionadas para os quatro alunos da turma 2020 signatários da mensagem. A representante discente
48 Aline pediu a palavra para trazer algumas informações a respeito do pedido. Disse primeiro, que é
49 preciso que não só os critérios, mas também as comunicações a respeito das bolsas fiquem mais claras.
50 Que a turma não sabia do quantitativo de bolsas e do modo de distribuição igualitário (50/50) entre as
51 turmas. Relatou que a sua turma foi muito afetada pela pandemia, que em razão desse fato tem uma
52 condição de vulnerabilidade econômica muito grande, porque se misturam as dificuldades de se
53 conseguir emprego com o fato de não terem podido se planejar previamente. Que tem amigos de turma
54 que acreditaram que as aulas seriam presenciais, que firmaram contratos de aluguel de dois anos para
55 poder ficar na cidade. Que diante desses fatos foi levantada na turma possibilidade de se revisitar o
56 critério de distribuição de bolsas igualitário (50/50) entre as turmas. Disse que a turma 2020 teve
57 contato com a recém ingressa Carina, da turma 2021, que também apontou falta de informações a
58 respeito do quantitativo de bolsas do Programa e do modo de distribuição. Em seguida a representante
59 discente Virgínia pediu a palavra para dizer que em que pese todo o respeito que tem à turma 2020, o
60 pedido de revisão dos critérios de distribuição de bolsas lhe causou estranheza. Primeiro porque a
61 turma 2020 esteve representada na reunião do Colegiado que deliberou pela adoção do critério atual de
62 divisão de bolsas. Que o representante discente na ocasião votou a favor inclusive do atual critério.
63 Falou que a questão da vulnerabilidade afetou a turma de 2019 também e que parece injusto trocar o

64 critério de distribuição de bolsas atual em razão somente desse fato. Encerrou a sua fala dizendo que o
65 Programa sempre destacou que não existem bolsas para todos. O prof. Wagner disse se solidarizar com
66 a situação dos discentes, mas que o contexto de desmonte da pós-graduação tem de ser levado em
67 conta para que a culpa não seja colocada no Programa, na Coordenação ou nos professores. Disse ter
68 lido a mensagem encaminhada pelos alunos e percebido que o tom adotado foi de desconfiança, o que
69 é ruim e cruel para quem trabalha no PPGEU/UFJF. Ponderou que os estudantes precisam estar atentos
70 às normas institucionais e aos comunicados. Que muitos dos fatores narrados escapam ao controle do
71 Programa, que vive sob a perspectiva constante de perder recursos e de perder bolsas. Relembrou a
72 reunião na qual o critério de distribuição de bolsas igualitário, 50/50, foi adotado. Que a intenção na
73 época foi resguardar o interesse da turma ingressante, para que ela também tenha alunos contemplados
74 com bolsas. Que assim é garantida a vida do Programa. Defendeu que jogar todas as bolsas em uma
75 turma de um ano apenas inviabilizaria a continuidade do trabalho através da turma que ingressa.
76 Ponderou que a intenção foi criar um mecanismo que evite que uma turma concentre todas as bolsas e
77 que para a outra não reste nenhuma. Relembrou que para isso acontecer teve que se romper a fila com a
78 turma 2019, o que gerou um constrangimento enorme na época, constrangimento pelo qual já não
79 passou a turma de 2020. O prof. Wagner sugeriu por fim que o trâmite de implementação de bolsas,
80 que atualmente é feito administrativamente pela Coordenação, seja delegado à Comissão de Bolsas,
81 que tem representação discente. Concluiu dizendo ser contrário à rediscussão do critério de distribuição
82 de bolsas, reiterando que ele cumpre um papel de preservar a continuidade da pesquisa no
83 PPGEU/UFJF. O prof. Miguel se solidarizou à manifestação da turma, porém disse que lhe causou
84 estranheza o tom adotado na mensagem, inquisidor, como se houvesse certa clivagem entre professores
85 e a Coordenação de um lado e os alunos, de outro. Relatou que a percepção foi desagradável. Ressaltou
86 que a estranheza decorre também do fato da mensagem transparecer desconhecimento a respeito das
87 normas do Programa. O professor falou que a princípio pensou que fosse uma manifestação coletiva da
88 Turma de 2020, mas que pôde observar pelos esclarecimentos trazidos pela representante discente que
89 se trata na verdade apenas de uma manifestação dos signatários da mensagem. Disse ser este mais um
90 problema porque não foi uma manifestação política, mas sim por interesses individuais, uma vez que
91 os discentes seriam os próximos contemplado da lista. Concordando com a fala do prof. Wagner, o
92 prof. Miguel disse que a distribuição de bolsas promovida pelo Programa é uma política, e que
93 enquanto política é despersonalizada. Completou que nestes termos não importa quem é o aluno a ser
94 contemplado. Disse não ver horizonte para mudanças dos critérios atuais de distribuição de bolsa. Para
95 finalizar falou que os problemas de comunicação têm sido suscitados com frequência pelos discentes,
96 mas que observa um esforço muito grande da Coordenação em promover uma melhora nesse quesito.
97 Deixou como sugestão que esse canal tenha uma forte interlocução da representação discente, cabendo
98 a ela trazer clareza a algumas questões que pairam como dúvidas para os alunos. Que a representação
99 discente em contato com a Coordenação pode ajudar a repassar às informações para as turmas com
100 vistas a evitar que as questões se tornem tão melindrosas, como a que se discute agora, que é justa, que
101 é válida, mas que não tem o que se discutir porque não há outra saída que o Programa possa adotar.
102 Que além da Coordenação é preciso de um esforço conjunto também dos professores e alunos para o
103 aprimoramento da comunicação no âmbito do PPGEU/UFJF. O professor Roberto pediu a palavra para
104 colocar que pelo que viu das discussões algumas coisas não ficaram bem claras para os alunos e que a
105 grande precipitação dessa discussão foi que alguns alunos da Turma 2021 que não tiveram uma boa
106 classificação no processo seletivo acabaram por ser contemplados com bolsas de estudos. Que o
107 raciocínio que muitos fizeram foi o de que se existem quatro bolsas para serem distribuídas, à luz do
108 critério 50/50, duas iriam para a turma 2020 e duas para a turma 2021, o que não ocorreu. Que neste
109 passo surgiu a indignação, com a qual se solidariza, de alunos da turma 2020 que estão vendo colegas
110 da turma 2021 que passaram em posição pior no processo seletivo, serem contemplados com bolsa,
111 sem que os alunos da turma 2020 mais bem colocados tenham a perspectiva de ser contemplados.
112 Disse que um aluno que está recebendo bolsa, que passou em uma posição inferior a alunos de uma
113 turma anterior que não estão recebendo bolsas, configura sim uma situação injusta que precisa ser
114 revista, talvez não agora, mas em um momento posterior. Ponderou que se é esta a situação dos alunos
115 que assinam a carta, a questão precisa sim ser revista. A Coordenadora aproveitou para trazer alguns
116 esclarecimentos. Relembrou que na reunião do dia 10 de março de 2020 o Colegiado decidiu dividir
117 igualmente o número total de bolsas do Programa entre as turmas em curso. Que neste passo foram
118 concedidas duas bolsas para a Turma 2020 e o restante direcionado à turma 2021. Explicou que
119 segundo a política adotada pelo Colegiado o critério de classificação no processo seletivo da turma
120 2021 não pode ser um critério que defina a distribuição de bolsas para a turma 2020. Pontuou que se
121 tratam de cotas distintas de bolsas: uma para a turma 2020 e uma para a de 2021. Aproveitou para
122 lembrar também que nos termos da resolução do programa que trata da distribuição de bolsas,
123 prioritariamente são contemplados aqueles que não possuem vínculo empregatício, de modo que os que
124 mantêm vínculo vão para o final da fila. Explicou que isso fez com que alunos bem colocados, mas que
125 possuem vínculo fossem preteridos por colegas que ficaram atrás na classificação. Afirmou que esse
126 critério não foi a Coordenação que inventou. Manifestou seu desconforto com o tom que as coisas vêm
127 ganhando no PPGEU/UFJF. Que isso não vem de hoje, vem desde 2019, 2020 e continua a ocorrer
128 neste ano. Destacou que o programa segue regras definidas pela universidade, pela Capes e pelo
129 próprio Colegiado que falam da priorização da concessão de bolsas para alunos que não tem vínculos
130 empregatícios. Disse que se no tempo das “vagas gordas” era possível contemplar até aqueles que

131 tinham vínculo, que hoje já não há mais essa possibilidade. Pontuou que esses alunos que tem vínculo
132 deverão ir para o fim da fila e esperar. Que o Colegiado pode até rever essa política se quiser, mas que
133 a realidade atual é essa. Falou que a divisão 50/50 também pode ser revista. Que o programa pode
134 passar a distribuir todas as suas bolsas dentre uma turma até passar a conceder para a turma seguinte.
135 Pontuou que para isso precisa ser lembrada a discussão do dia 10 de março de 2020, na qual foi dito
136 que esse modo de distribuição inviabiliza que as novas turmas ingressem com bolsas. Que se o
137 Colegiado quiser decidir nesse sentido que tenha a clareza que será aberta uma turma que não receberá
138 bolsa. Disse não aceitar enquanto Coordenadora, receber mensagens de alunos questionando o
139 princípio de transparência e de justiça pelo qual a Coordenação e o Colegiado tomam todas as suas
140 decisões. Pontuou que são direitos dos alunos questionar, pedir informação, apresentar questões,
141 criticar a comunicação, mas que não pode admitir que estes venham questionar os princípios que regem
142 a trabalho. A prof.^a Cássia pediu a palavra para destacar que o novo critério de distribuição de bolsas,
143 adotado na reunião de março, veio para beneficiar exatamente a turma de 2020, porque se se tivesse
144 mantido o critério anterior a turma não teria bolsas a receber. Que primeiro seriam contemplados todos
145 os discentes de 2019 para somente depois conceder bolsas para a turma 2020. A respeito do outro
146 ponto em discussão a professora disse que a informação do vínculo é prestada à Coordenação e à
147 Secretaria pelo próprio aluno no momento em que preenche o formulário de matrícula. Disse que o fato
148 do aluno que tem vínculo empregatício ir para o final da lista de bolsistas transmite a falsa impressão
149 de que o programa prioriza a distribuição aos piores colocados, o que não é verdadeiro. Reiterou que o
150 PPGE/UFJF dá preferência aos que cumulativamente estejam melhores colocados e não tenham
151 vínculo empregatício. Aproveitou para sugerir que no formulário seja acrescida a pergunta ao aluno se
152 eles está disposto a abrir mão do vínculo empregatício em prol do recebimento de bolsa. Disse que
153 mediante essa resposta o Programa pode consultá-lo antes de enviá-lo para o final da fila. O professor
154 Roberto concordou com a sugestão da professora Cássia. Disse que no momento a aluna que passou em
155 primeiro lugar não está tendo bolsa porque tem um vínculo, e que agora já era. Destacou que o
156 provento recebido pela discente é muito inferior ao valor da bolsa. Disse que teme que o Colegiado
157 perca sua credibilidade frente a esses alunos, já que a percepção é de certa indignação. Defendeu que
158 urgentemente devem ser incorporadas essas questões ao formulário com vistas a se aprofundar nas
159 situações dos alunos. A representante discente Aline concordou com a sugestão da professora Cássia.
160 Disse que o modelo atual privilegia os filhos da classe média que podem se manter sem trabalhar.
161 Pediu também para que a Coordenação dê mais informações aos alunos a respeito do preenchimento do
162 formulário nas próximas oportunidades. O representante dos técnicos pontuou que a decisão de manter
163 ou não o vínculo de trabalho em troca da promessa de bolsa é de caráter estritamente pessoal e que a
164 Coordenação não deve se envolver nesse mister. Que já ocorreram situações na Secretaria de Pós-
165 graduação do ICH/UFJF em que o discente abriu mão do vínculo de trabalho para o recebimento de
166 bolsa e a bolsa ao final por motivo alheio à Secretaria não pode ser implementada. Complementou que
167 o trabalho de concessão e de implementação de bolsas é sempre feito às pressas para evitar que estas
168 fiquem vagas. O prof. Miguel relatou que a discente Carina entendeu da leitura do formulário que a sua
169 resposta afirmativa à questão da dedicação exclusiva ao Mestrado, sinalizaria a sua disposição a abrir
170 mão do vínculo empregatício em razão da concessão de bolsa, sem lhe retirar da lista prioritária de
171 bolsistas mesmo tendo vínculo empregatício. O professor Ricardo Zaidan manifestou concordância
172 com a sugestão da professora Cássia de se colocar no formulário uma pergunta expressa de se o aluno
173 está disposto a abrir mão do vínculo em prol da bolsa. A prof.^a Cássia pediu a palavra para dizer que o
174 tempo é realmente um fator limitante, que as trocas de bolsistas são feitas sempre às pressas visando
175 evitar perdas ou que as bolsas fiquem vagas por muito tempo. Disse ter passado pela situação enquanto
176 coordenadora de ver um aluno abrir mão do vínculo empregatício para ganhar uma bolsa e não
177 conseguir receber a bolsa. Que o aluno ao final ficou sem o vínculo e sem a bolsa, o que fez pesar a
178 responsabilidade do Programa. Disse ter visto também pessoas falarem que abriram mão do vínculo
179 para ter a bolsa, mas que no final mantiveram o vínculo e a bolsa. Resumiu dizendo que esses temas
180 são muito melindrosos, colocando o Programa numa posição complicada. Ressaltou que é preciso
181 amadurecer a discussão. Que o principal é ter em mente que o Programa não pode ter de decidir pelo
182 aluno. Ponderou que o caminho talvez seja colocar no formulário que a informação prestada será
183 utilizada para fins de distribuição de bolsas. Encerrado o debate tem-se que o Colegiado optou por
184 ampla maioria, registrados um voto contrário, da representante discente Aline, e duas abstenções, dos
185 professores Guilherme e Roberto, não rediscutir os critérios de distribuição de bolsas adotado para as
186 turmas 2020 e 2021. Também foi aprovado o encaminhamento proposto pela coordenadora para que a
187 Comissão de Bolsas seja convocada a apresentar sugestões de melhoria para os mecanismos de
188 distribuição de bolsas do PPGE/UFJF, com vistas a pensar principalmente no aperfeiçoamento da
189 comunicação, do formulário, do papel da Comissão no processo e do registro de vínculo. **3) Pedido de
190 aproveitamento de créditos:** o pedido de aproveitamento de créditos de disciplina da discente Isabel
191 Patrícia Martins Baêta Guimarães foi aprovado por unanimidade pelo Colegiado. **4) Pedido de
192 prorrogação de prazo para defesa;** trata-se de pedido apresentado pela discente Virgínia Amaralinda
193 C. Martins. A Coordenadora esclareceu que segundo as normas da Propp/UFJF os alunos atualmente
194 não têm prazo para defesa em razão da excepcionalidade provocada pela pandemia. Complementou
195 que nestes termos ao Colegiado não cabe propriamente deferir ou indeferir o pedido. Disse ter pautado
196 o tema para que todos tenham ciência e para tratar de uma política que o programa tem adotado, de
197 pedir aos discentes que depositem o material de defesa dentro do prazo que originalmente eles teriam

198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264

para defender, para que assim que possível, caso não queira fazer a defesa virtual, seja promovida a defesa presencial. Disse que esta é uma forma de se ter controle e planejamento da titulação dos discentes. A Coordenadora pediu aos professores para instruírem seus orientandos a observarem esse procedimento e também para procurarem trabalhar para que a defesa seja realizada. Relembrou que as defesas são importantes para a vida do programa, especialmente para o recebimento de recursos. O prof. Miguel disse que pediu para que o pedido fosse pautado nesta reunião por segurança burocrática uma vez que as decisões das instâncias superiores da universidade têm variado bastante. Reiterou que por segurança procuraram apresentar o pedido de prorrogação ao Colegiado dentro do prazo regimental. **5) Pedido de co-orientação;** a Coordenadora disse que se tratam de dois pedidos de co-orientação, apresentados pelos professores Guilherme e Rose, que solicitam que aqueles alunos que lhes foram redistribuídos em razão do descredenciamento da professora Maria Lúcia, possam tê-la na condição de coorientadora. Os professores destacaram que o pedido decorre do interesse de todas as partes envolvidas, especialmente dos discentes Daniel da Silva Dias e Wanderson Freitas França. O Colegiado aprovou por unanimidade os pedidos de co-orientação. **6) Filiação do PPGeo a CLACSO:** a professora Cássia, que esteve em uma reunião na Anpege com representantes do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, trouxe maiores informações ao Colegiado a respeito da instituição. Dentre os benefícios decorrentes da filiação destacou a ligação à Geografia Humana, o foco na publicação, a articulação em rede e o incremento à internacionalização. A Coordenadora reforçou a importância e a representatividade da CLACSO. Ponderou que é preciso considerar os valores da anuidade, que são fixados de dólar, e o interesse na filiação segundo as pesquisas em curso no Programa. O Prof. Ricardo Zaidan disse que o tema já foi em parte discutido na oportunidade em que foi analisado o pedido de filiação à ANPUR, defendido à época pela prof.^a Maria Lúcia. A Coordenadora disse que os casos são diferentes, que o outro pedido havia surgido de um discente, que o Programa não tinha pesquisas ligadas àquele campo, que a CLACSO é muito mais abrangente e tem um caráter de internacionalização forte, apesar do limitador de recursos da anuidade que precisa ser discutida. O prof. Altair lembrou que em razão da pandemia, o Programa não deve ter alguns gastos neste ano, como por exemplo com SCDP. Ponderou que a filiação pode ser revisada ano a ano. O Prof. Elias defendeu a filiação, disse que se trata de instituição de referência na área das ciências sociais, que tem uma série de redes constituídas. Afirmou ver vários professores com campo de pesquisa com aderência na proposta da CLACSO. Ponderou que a questão orçamentária pesa, mas não deve ser preponderante na decisão. Pediu para que seja tentada uma forma de auxílio da universidade no pagamento da anuidade uma vez que ela tanto preconiza a internacionalização. Defendeu que, considerada a assimetria existente entre as duas áreas do Programa, que a filiação viria a reforçar o campo que é mais fragilizado, das Dinâmicas Socioespaciais. A professora Cássia sugeriu aos professores da linha, que procurem ver se há interesse na filiação, para então o Colegiado deliberar mais seriamente do ponto. O prof. Miguel disse que iria fazer uma fala muito parecida com a que fez na discussão sobre a filiação à ANPUR. Defendeu que essas filiações são sempre muito importantes, mas que é preciso se questionar se existe aderência dos professores às redes e grupos de pesquisa dessa associação. Perguntou se já há participação nessas redes ou se elas ainda serão constituídas. Disse que o melhor seria que os professores que tiverem interesse trouxessem para o Colegiado, para uma reunião futura, as suas formas de interlocução com a CLACSO. Diante do exposto o ponto de pauta foi retirado para que os professores, especialmente os da linha Dinâmicas Socioespaciais, possam fazer um planejamento a ser apresentado ao Colegiado de possíveis formas de articulação e envolvimento com a associação através da filiação; **7) Informes:** O primeiro informe foi que o programa recebeu dois pedidos de desligamento do curso, já promovidos pela CDARA, das agora ex-alunas Ariele Dutra Ferreira e Renata Lopes Duarte. Destaca-se que ex-aluna Renata foi bolsista Capes, razão pela qual foi pedido a ela que fizesse contato com a Gerência de Bolsas da Propp/UFJF para orientação sobre como proceder à devolução dos valores recebidos. O segundo informe foi que estão sendo agendados os seminários de defesa de dissertação dos alunos da turma 2020. Foi informado que a programação está divulgada no site do PPGeo/UFJF. O terceiro informe foi que o Programa teve ciência que a professora Rosemere teve sua permanência no Programa assegurada até pelo menos o mês de julho. O quarto informe trouxe pedidos e recomendações aos professores de demanda referentes à Sucupira. Nenhum outro ponto havendo para tratar e nem informe a ser relatado, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada por mim, Bruno Goulart Cunha – servidor da Secretaria de Pós-Graduação do ICH, e demais presentes. Juiz de Fora, 12 de março de 2021.

Prof. Altair Sancho Pivoto

Prof. Bruno Milanez

Prof.^a Cássia de Castro Martins Ferreira

Prof.^a Clarice Cassab

Prof. César Henrique Barra Rocha

Prof. Elias Lopes de Lima

265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291

Prof. Fábio de Oliveira Sanches

Prof.^a Miguel Fernandes Felipe

Prof. Ricardo Tavares Zaidan

Prof. Rosemere Santos Maia

Prof. Wagner Barbosa Batella

Virgínia A. C. Martins (Representante discente)

Ata aprovada em: ____/____/____

Prof. Guilherme Augusto Pereira Malta

Prof. Pedro José de Oliveira Machado

Prof. Roberto Marques Neto

Prof. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Aline de Vieira Souza (Representante discente)

Bruno Goulart Cunha (TAE / servidor)